



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATO Nº 92/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019
LIBERAÇÃO Nº 115/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE TIMON, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
A EMPRESA JLB PEREIRA COMÉRCIO E
SERVIÇO – ME.

O **MUNICÍPIO DE TIMON**, pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 06.115.307/0001-14, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, sediada na praça São José, s/n, centro, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, sediada na Rua Maria Carlos da Silva, s/n, Parque Piauí, CEP: 65630-078, inscrita no CNPJ sob o nº **02.422.952/0001-29**, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Ilustríssima Sr.^a Secretária Municipal de Educação, **Prof.^a Dinair Sebastiana Veloso da Silva**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.298.009 SSP/PI e do CPF nº 829.339.793-49, residente e domiciliada a Av. Luis Firmino de Sousa, nº 2042, bairro São Benedito, Timon-MA e a empresa **JLB PEREIRA COMÉRCIO E SERVIÇO - ME**, com sede na Av. Piauí, nº 1008, Parque Piauí, Timon-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.314.540/0001-33, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **José Luiz Bandeira Pereira**, brasileiro, empresário, titular do RG nº 50.298.160 SSP-PI, inscrito no CPF nº 023.269.123-14, residente e domiciliado a Rua Acrízio Veras, nº 1590, bairro: Mangueira, Timon-MA, firmam o presente **CONTRATO**, sujeitando as partes às Leis 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 55 de 2016, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **CONTRATO** a aquisição de materiais de expediente diversos, didáticos e pedagógicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação – unidades administrativas e escolas da rede pública municipal de ensino –, conforme liberação anexa e quadro demonstrativo abaixo:

1.2. Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o objeto ora contratado, será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, depois de rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos:

- a) Edital de **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 007/2019** e seus anexos;
- b) **Liberação Nº 115/2020 – Central de Controle de Compras/PMT/MA:**

JLB PEREIRA
LOTE III – ISOPOR E SIMILARES

[Assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
1	Bola de isopor 25 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	200	UND	0,54	108,00
2	Bola de isopor 35 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	200	UND	0,60	120,00
3	Bola de isopor 50 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	200	UND	0,95	190,00
4	Bola de isopor 60 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	1,25	187,50
5	Bola de isopor 70 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	2,55	382,50
7	Bola de isopor 100 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	3,20	480,00
8	Bola de isopor 150 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	7,50	1.125,00
9	Bola de isopor 200 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	9,15	1.372,50
13	Isopor placa de 15 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	3,20	480,00
14	Isopor placa de 20 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	4,35	652,50
17	Isopor placa de 40 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	8,70	1.305,00
18	Isopor placa de 50 mm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	ISOPLAST	150	UND	9,30	1.395,00
TOTAL						R\$ 7.798,00
LOTE 4 - BORRACHAS, BALÕES E SIMILARES						
ITEM	DESCRIÇÃO		QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
1	Balão nº 6,5 cores variadas pacote c/ 50 unidades. Ind. Brasileira. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	5000	UND	5,70	28.500,00
TOTAL						28.500,00
LOTE 5 - BLOCOS DE PAPEL						

Handwritten signature and initials.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
1	Apontador de lápis com depósito grande Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	2000	UND	0,45	900,00
2	Apontador de lápis simples-resina termoplástica e lâmina em aço inox. Ind. Brasileira Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	1000	UND	0,16	160,00
3	Caneta esferográfica c/ 50ud azul furo lateral, sextavada, transparente. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	BIC	300	CX	28,00	8.400,00
4	Caneta esferográfica c/ 50ud preta furo lateral, sextavada, transparente. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	BIC	50	CX	28,90	1.445,00
11	Giz de cera - ceras e pigmentos orgânicos atóxicos estojo com 12 unidade. Ind. Brasileira Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	3000	PCT	1,40	4.200,00
13	Lápis de cera, cx. c/ 12 pequena Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	5000	CX	1,40	7.000,00
14	Lápis de cor de madeira - grande a base de pigmentos aglutinantes e ceras estojo com 12 unidades. Ind. Brasileira Cota Principal 75%	LEO LEO	6000	CX	2,90	17.400,00
17	Lápis de cor de madeira - grande a base de pigmentos, aglutinantes, carga inerte e ceras- estojo c/ 24 unidades. Ind. Brasileira Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015. (25%)	LEO LEO	2000	CX	8,00	16.000,00
20	Lápis grafite nº. 02 comum cx. c/144 und. Ind. Brasileira Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	100	CX	28,00	2.800,00

Diol



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

23	Marca texto diversas cores. Ind. Brasileira. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	BRW	1000	UND	1,30	1.300,00
24	Marcador para quadro branco (azul, preto e vermelho) Ind. Brasileira. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	JOCAR	6000	UND	2,55	15.300,00
28	Pincel de pelo nº 12. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	300	UND	1,85	555,00
31	Pincel hidrocor fino - ponta de nylon, tinta a base de pigmentos orgânicos a base de corante e água - estojo com 12 unidades. Ind. Brasileira Cota Principal 75%	TRIS	2500	ESTJ.	2,00	5.000,00
TOTAL						R\$80.460,00
LOTE 7 - MATERIAL DE METAL PARA EXPEDIENTE						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
33	Tesoura, sem ponta, escolar, diversas cores inox. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	4000	UND	1,30	R\$5.200,00
TOTAL						R\$5.200,00
LOTE 08 - COLA E SIMILARES						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
1	Cola silicone grosso. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	50	UND	0,80	40,00
3	Cola bastão 8g. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	LEO LEO	1000	UND	1,00	1.000,00
12	Pistola de cola quente pequena Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015. (25%)	JOCAR	500	UND	12,20	6.100,00
TOTAL						R\$7.140,00
LOTE 11 - RÉGUAS E SIMILARES						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
4	Régua plástica transparente 50cm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	Waleu	1000	UND	1,90	1.900,00
TOTAL						R\$1.900,00
LOTE 13 - EXPEDIENTE QUÍMICOS ÁLCOOL E SIMILARES						



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
11	Reabastecedor para pincel atômico – cores variadas – 40 ml. Ind. Brasileira Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	Japan	200	UND	3,40	680,00
TOTAL						R\$680,00
LOTE 17 - QUADRO BRANCO, APAGADOR E SIMILAR						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
1	Apagador para quadro de acrílico com base de plástico, – Ind. Brasileira Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	WILL	2000	UND	4,30	8.600,00
TOTAL						R\$8.600,00
LOTE 18 – TINTAS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
1	Tinta guache - tinta a base de água, resinas, pigmentos, espessantes e conservantes. Ind. Brasileira Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	Radex	3000	EST	3,00	9.000,00
4	Tinta para pintura a dedo, conjunto com 06 unidades de 30ml, cada, composição, colorantes, água, espessante, carga inerte e conservantes. Ind. Brasileira Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	Bambine	1500	EST	6,85	10.275,00
5	Tinta para pintura facial – Conjunto 06 frascos de pasta colorida de 5g cada, textura macia, produto atóxico. Ind. Brasileira Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	Bambine	1000	EST	16,75	16.750,00
TOTAL						R\$36.025,00
LOTE 22 – PAPEL ESCOLAR						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
14	Papel couche 180gr 210x297 pct com 100fl. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015	Filipape	30	PCT	16,00	480,00
TOTAL						R\$480,00
LOTE 23 – PASTAS ESCOLAR						

Handwritten signature



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UND	VLR UNT	VLR TOTAL
7	Pasta com aba e elástico diversas cores (papelão). Cota Principal 75%	Polycart	5000	UND	1,50	7.500,00
20	Pasta pvc transparente 6 cm. Cota Principal 75%	Dac	3000	UND	3,90	11.700,00
TOTAL						R\$19.200,00
TOTAL GERAL						R\$195.983,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS

2.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO referentes ao Pregão Presencial nº 007/2019**, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **1) Projeto Atividade: 12.361.1014.2108, Elemento de Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: FUNDEB; 2) Projeto Atividade: 12.361.1014.2096, Elemento de Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: PDDE; 3) Projeto Atividade: 12.361.1014.2097, Elemento de Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: QSE; 4) Projeto Atividade: 12.361.1001.2105, Elemento de Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: MDE; 5) Projeto Atividade: 12.365.1014.2093, Elemento da Despesa: 33.90.30, Fonte do Recurso: PAR, 6) Projeto Atividade: 12.366.1014.2102, Elemento da Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: BRALF; 7) Projeto Atividade: 12.366.1014.2103, Elemento da Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: PEJA; 8) Projeto Atividade: 12.361.1014.2098, Elemento da Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: PROJOVEM; 9) Projeto Atividade: 12.365.1014.2168, Elemento da Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: MANUTENÇÃO DE CRECHES, 10) Projeto Atividade: 12.365.1014.2100, Elemento da Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: MANUTENÇÃO DA PRÉ ESCOLA; 11) Projeto Atividade: 12.367.1014.2104, Elemento da Despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

3.1. O preço total do presente contrato é de **R\$ 195.983,00** (Cento e noventa e cinco mil e novecentos e oitenta e três reais), de acordo com a proposta comercial.

3.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao objeto.

4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

4.1. O contrato terá início a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado na forma da lei, podendo, ainda também, resolver-se antes do termo final temporal estipulado neste contrato, caso haja a prestação total do objeto previsto na cláusula primeira.

4.1.1. A ordem de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública, bem como a discriminação da forma, quantidade, data e local que se fará a entrega.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4.2. A execução do objeto deverá ser feita conforme o Termo de Referência constante no Lote Único do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 007/2019**, respeitando a necessidade e os termos estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. As condições para os **PAGAMENTOS** são as constantes no Edital, que a este integra.

5.2. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento dos bens, ou em outro prazo inferior que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela **FISCALIZAÇÃO** e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E MAS/PASEP.

5.3 - Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

5.4 – Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e

b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

5.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigidas.

5.6. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o mesmo é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

5.7. A contratante, quando da efetivação do pagamento, poderá exigir da contratada a documentação que comprovem a regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, INSS e FGTS, sob pena da não efetivação do pagamento.

5.8. Somente poderá ocorrer a reajuste do valor registrado/contratados quando:

5.8.1. Nas hipóteses em que sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis para a Administração, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, sempre objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

5.9. Para os contratos oriundos da Ata de Registro de Preços se reconhece o direito a reajuste e repactuação, desde que devidamente comprovados, nos termos legais.

6. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02.

6.2 A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor do objeto não executados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 10 (dez) dias; e
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2.1 Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

6.2.2 Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) executar objeto em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

6.3 ADVERTÊNCIA

6.3.1 A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Timon, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- b) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

6.4 SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

6.4.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Timon pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

6.5 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.5.1 A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual à Administração se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Timon, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Timon ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

6.5.2 A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

até que seja promovida a reabilitação, perante a Administração, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

6.6.3 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Timon, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da Administração, em caso de reincidência;
- e) apresentarem à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

6.6.4 Independentemente das sanções a que se referem os itens 6.2 e 6.4 da Cláusula VI, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizado:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

6.7 Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

6.8 As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.9 As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1.1 Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das condições para a execução do objeto e daquelas estabelecidas em lei:

7.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratados, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

7.1.3 Atender prontamente às requisições dos entes contratantes para a **aquisição de materiais de expediente diversos, didáticos e pedagógicos em geral para atender a demanda da secretaria municipal de educação - SEMED** discriminados neste Contrato.

7.1.4 Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato/objeto;

7.1.5 Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município de Timon/MA, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.1.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.

7.1.7 Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação **Pregão Presencial 007/2019**.

7.1.8. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à CONTRATANTE, através do representante ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidade que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos objeto;

7.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, entre outras despesas como transporte, embalagens, seguro, entrega relacionadas ou objeto.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1 Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.2 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.

8.3 Emitir a "REQUISIÇÃO" autorizadora do fornecimento contratados.

8.4. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.

8.5 Fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93.

8.6 Proporcionar a CONTRATADA as condições ajustadas a fim de que possa cumprir suas obrigações

8.7 Anotar em registro próprio, através de seu setor gerenciador, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, conforme art. 67, §1º, da Lei 8.666/93, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados que venham ocorrer.

8.8. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 A ordem de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, cabendo à mesma os órgãos usuários do pregão, cabendo aos mesmos todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.

9.2. A execução do objeto deverá ser feita conforme o Termo de Referência constante no **Lote Único do Edital do Pregão nº 007/2019**, respeitando a necessidade da contratante.

9.2.1. Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do objeto e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização caso detectarem alguma irregularidade no fornecimento.

9.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Órgão Contratante responsável pelo recebimento.

9.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) referindo-se a especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;

b) referindo-se à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sob pena de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Handwritten signature in blue ink.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantendo o preço unitário inicialmente contratado.

c) outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

9.5. O objeto do contrato deverá ser recebido conforme determinar a autoridade contratante, conforme seja o caso, com emissão de relatório de execução do objeto na forma contratada, acompanhado da nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência resumido que integra este Contrato.

9.6. Quando rejeitado o objeto no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-los no prazo estabelecido pela Administração, observando todas as condições inicialmente estabelecidas.

9.7. Caso seja impossível de serem substituídos os objetos que forem rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida ao contratado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.8. A CONTRATANTE exercerá a Fiscalização geral do objeto prestado do presente CONTRATO, através de servidores designados para esta FISCALIZAÇÃO.

9.9. Fica a CONTRATADA obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização do objeto, facultando o livre acesso as instalações da empresa, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

9.10. A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos produtos.

9.11. Fica estabelecido que a Fiscalização não terá poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste CONTRATO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS

10.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria), após a assinatura deste **CONTRATO**, que reflita, comprovadamente, na execução do objeto, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo, observada a legislação vigente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS

11.1. Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente **CONTRATO**, fica estabelecido que este instrumento prevaleça como regulador dos objetos ora contratado, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente fornecida entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93, nos casos:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

c) Lentidão no seu cumprimento, levando o Município de Timon a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) Atraso injustificado no início dos fornecimentos;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de Timon;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pelo Município de Timon;
- g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;
- i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Município de Timon, ponham em risco a perfeita execução das obras do objeto;
- j) Dissolução da sociedade contratada;
- l) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Município de Timon, prejudique a execução do Contrato;
- m) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Município de Timon e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
- n) Supressão do objeto que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;
- o) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Município de Timon por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- p) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município de Timon, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- q) Não liberação, pelo Município de Timon, de área ou local para execução dos objetos, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- r) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
- s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.

III - Judicialmente.

12.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.3. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse para a contração, público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso "I" do 15.2, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Devolução da garantia prestada;

II - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização

12.4. A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l" e "q", poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município de Timon;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

III - execução de garantia contratual, para ressarcimento do Município de Timon dos valores das multas e indenizações a ela devidas;

IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Timon.

12.5. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério do Município de Timon, que poderá dar continuidade ao fornecimento por execução direta ou indireta.

12.6. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Município de Timon, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do fornecimento, sem prévia e expressa autorização do Município de Timon.

1 12.7. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

2 12.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

13.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O extrato do presente será publicado no Diário Oficial do Município, por conta e ônus da Contratante, no prazo previsto por Lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - Elegem as partes, o Foro da Comarca de Timon, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente CONTRATO.

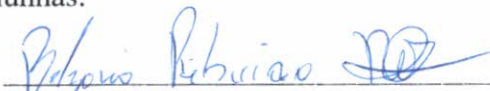
E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

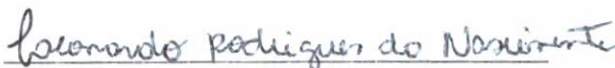
Timon/MA, 29 de janeiro de 2020.


Dinair Sebastiana Veloso da Silva
Secretária Municipal de Educação
CONTRATANTE


José Luiz Bandeira Pereira
JLB/Pereira Comércio e Serviço – ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1. 
CPF Nº. 055.477.943-09

2. 
CPF Nº 075.832.933-29